

Epistemologia e estética: Apontamentos sobre historiografia e formas de representação

Epistemology and aesthetics: Notes on historiography and forms of representation

Luiz Henrique Bechtluft Bade¹, Leandro Couto Carreira Ricon²

Como citar esse artigo. BADE, L. H. B.; RICON, L. C. C. Epistemologia e estética: Apontamentos sobre historiografia e formas de representação. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 14, n. 2, p. 162-173, mai./ago. 2023.

Resumo

Epistemologia e estética são comumente consideradas como separáveis uma da outra, quando não incompatíveis entre si. Contudo, o que se observa nas produções de conhecimento que se desenvolvem nas humanidades é, precisamente, uma interação profunda e profícua entre os dois campos. Afinal, a obra produzida nos saberes das humanidades manifesta-se como um texto, que orienta a experiência de seus leitores de forma a produzir uma gama de conhecimentos. O presente artigo, nestes termos, procura analisar e explicitar, através de uma revisão de literatura, algumas das relações possíveis entre estética e epistemologia, valendo-se da historiografia como representante das humanidades.

Palavras-chave: Historiografia. Estética. Epistemologia. Representação.



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

Epistemology and aesthetics are commonly regarded as separable from each other, if not straight up incompatible. However, what is observed in the production of knowledge that develops in the heart of the Humanities is precisely a profound and fruitful interaction between the two fields. After all, any work in the Humanities manifests itself as a text, which guides the experience of its readers in order to produce a range of knowledge. This article seeks to analyze and explain, through a literature review, some of the possible relations between aesthetics and epistemology, using History as the main representative of the latter.

Keywords: Historiography. Aesthetics. Epistemology. Representation.

Considerações iniciais: o intertexto

Toda produção intelectual dá-se sob um conjunto de circunstâncias históricas específicas. Essas circunstâncias acabam por nortear a confecção das obras pensadas e produzidas em cada época. Tal processo toma corpo mesmo sem a explícita consciência dos autores a respeito de sua influência. Assim, tradições literárias determinadas possibilitam contextos sob os quais tópicos, metodologias, aportes teóricos e estilos de representação (formas narrativas) afiguram-se mais ou menos válidos e pertinentes

Afiliação dos autores:

¹Graduando em História pela Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, RJ, Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq junto ao projeto 'Michel de Certeau: o conhecimento com o outro e a pesquisa na distância' desenvolvido junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Pesquisa Teoria da História e Educação da Universidade Católica de Petrópolis (GEPETHE-UCP) do qual é membro, Petrópolis, RJ, Brasil.

²Doutor e mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pesquisa Teoria da História e Educação da Universidade Católica de Petrópolis (GEPETHE-UCP), Petrópolis, RJ, Brasil.

* Email de correspondência: leandro.ricon@ucp.br

Recebido em: 07/05/2023. Aceito em: 13/06/2023.

aos olhos de uma comunidade intelectual estabelecida¹. Cada nova geração de autores é educada dentro dos espaços abertos pelas produções anteriores, e estas também estabelecem um conjunto “canônico” de padrões, ao qual as novas criações são contrapostas com alguma frequência².

Há, todavia, possibilidades de alteração dos cânones da produção intelectual. Com efeito, é dentro dos diálogos, permanentemente presentes, entre os espaços abertos por cada obra que se propõe inovadora em algum sentido e o *corpus* já estabelecido que se encontra a chave para desenvolvimentos diversos, responsáveis, eventualmente, por alterações no próprio conjunto de pressuposições epistemológicas, éticas e estéticas de que lançam mão as comunidades intelectuais. Em outras palavras, os cânones das formas de pesquisa e representação não são *universais*. Padrões outrora hegemônicos perdem força, construtos anteriormente aviltados são resgatados e vêm a tornarem-se influentes dentro de outros contextos. Assim, cada nova produção faz-se capaz de mover os debates e pressuposições da pesquisa para novos espaços do *universo narrativo*³.

O presente artigo pretende, a partir da revisão de literatura inserida neste campo, refletir a respeito das pontes entre estética e epistemologia no contexto da produção do conhecimento nas humanidades. Para tanto, uma análise das formas de representação do devir histórico será desenvolvida e relacionada com os espaços possíveis para o conhecimento da história e das sociedades humanas. O tema apresentado se justifica pelas discussões inauguradas a partir da segunda metade do século 20 e instaladas naquilo que ficou conhecido como guinada narrativa – ou linguística – da produção do conhecimento nas humanidades, em particular na historiografia (AURELL, 2016; DOSSE, 2012; FONTANA, 2004).

O texto a seguir encontra-se dividido em quatro partes – além das *considerações iniciais e finais*. Na primeira parte, procura-se demonstrar os mecanismos estéticos e epistemológicos utilizados para a seleção de temas de pesquisa, um dos primeiros movimentos de qualquer pesquisa. Para tal, recorre-se, majoritariamente, ao pensamento de Paul Ricoeur e sua interpretação das *três mimeses* (RICOEUR, 2010). Em seguida, busca-se apresentar como a relação entre a estética e a epistemologia interage com as formas de representação, elemento fundamental para a síntese da produção de conhecimento. Na terceira parte procura-se relacionar a criação de ‘enredos’ com as possibilidades de configuração de uma ‘verdade’. Como elemento sintético, a quarta parte deste texto tem como objetivo demonstrar a relação entre estética e epistemologia como uma discussão necessária para a construção do conhecimento e os relacionamentos políticos oriundos desta discussão – tema fundamental nos últimos anos para as pesquisas em humanidades.

Uma primeira ponte: a seleção do tema

Pesquisas em história são, desde há muito, precedidas pela seleção de fatores como um tópico a ser investigado e um conjunto de técnicas para conduzir a investigação. Evidentemente, ações dessa natureza surtem um efeito para a epistemologia de qualquer área, dado que o privilégio (ou o ostracismo) imposto

1 Em Hayden White (2019), o cenário que acaba de ser descrito recebe o nome de *prefiguração* do(s) objeto(s) de que uma determinada produção trata. Em Michel de Certeau (2002) este fenômeno recebe o nome de *lugar social*. Em Paul Ricoeur (2019), por sua vez, o mesmo fenômeno é colocado sob a designação de *primeira mimesis*. De qualquer forma, a ideia fundamental é de que existe um fenômeno intertextual que, simultaneamente, permite e limita a criatividade literária de qualquer indivíduo (visto que todo autor está inserido no contexto de sua produção).

2 A formação desses espaços dentro dos desenvolvimentos nos campos dos saberes diversos é um processo complexo, que envolve uma gama de fatores não necessariamente concebidos de forma explícita e consciente. As inúmeras redes de poder e relações sociais presentes em cada contexto produtivo fazem-se presentes a todo momento. Para uma análise da presença destes fatores no campo das ciências da natureza, conferir Paul Feyerabend (2011) e Thomas Kuhn (1991; 2006). Para análises do mesmo fenômeno no campo das humanidades e ciências da saúde, conferir Michel Foucault (1996; 2017), Ivan Jablonka (2021) e Antoine Prost (2014).

3 Conceito aqui exposto como em Frank Ankersmit (1983), qual seja, com fins de denotar o conjunto composto pela totalidade de obras produzidas num campo disciplinar específico. Evidentemente, como mencionado, cada nova produção enriquece dito universo, ao estabelecer diálogos com inúmeras outras produções.

pelas comunidades intelectuais a cada tópico de investigação possível orienta, com alguma firmeza, os campos do universo narrativo cujo desenvolvimento dar-se-á de forma mais rápida e/ou profunda. Contudo, objetiva-se argumentar que escolhas de tópicos e formas de representação são, também, direta e fortemente influenciadas pela estética de um determinado tempo e espaço (assim como de certos grupamentos de pesquisadores). Nota-se que “estética” é definida, aqui, como em Bakhtin (2000), ou seja, como a série de estratégias de que lança mão um autor específico para orientar a experiência de seu leitor quando este entra em contato com o texto.

Ocorre que as produções dos conhecimentos vêm a ser com o objetivo de influenciar comunidades pré-estabelecidas de pesquisadores, assim como, ao menos em alguma medida, o público geral não especializado (CERTEAU, 2002). Dessa forma, os mais diversos autores tendem a eleger, enquanto temas de sua pesquisa, aquilo que antecipam que seja de desejo do leitor. Desafiar o conjunto de tópicos consagrado dentro da comunidade leitora de forma demasiadamente aberta ou radical é, portanto, um risco para qualquer escritor, pois passa a gerar a possibilidade de isolamento nas comunidades de pesquisa. Evidentemente, há exceções à regra colocada. Assim, vê-se que os espaços para a produção do conhecimento são também definidos por fatores eminentemente estéticos, uma vez que é com fins de atender às demandas de um conjunto de leitores (sejam especialistas ou não) que vários dos desenvolvimentos tomam corpo.

A questão pode ser colocada, em termos mais técnicos, a partir das chamadas *três mímesis*, como definidas e defendidas por Paul Ricoeur em seu celebrado *Tempo e Narrativa* (RICOEUR, 2010). São elas a prefiguração do texto, a composição do mesmo e o retorno da obra para a comunidade enquanto artefato.

Quanto à *primeira mímesis*, Ricoeur argumenta que

Por maior que seja a força de inovação da composição poética no campo de nossa experiência temporal, a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo da ação: de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal. Esses aspectos são mais descritos que deduzidos. Nesse sentido, nada exige que a lista deles seja fechada. Todavia, a sua enumeração segue uma progressão fácil de estabelecer. (RICOEUR, 2010, p. 96)

E continua, afirmando que

[...] embora seja verdade que a intriga é uma imitação de ação, uma competência prévia é exigida: a capacidade de identificar a ação *em geral* por seus aspectos estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência. Além disso, se imitar é elaborar uma significação *articulada* da ação, uma competência suplementar é exigida: a aptidão para identificar o que chamo as *mediações simbólicas* da ação. (RICOEUR, 2010, p. 96. Grifos do autor)

A partir disto, Paul Ricoeur conclui: “[...] por fim, essas articulações simbólicas da ação são portadoras de características mais precisamente *temporais*, de onde procedem mais diretamente a própria capacidade da ação de ser narrada e talvez a necessidade de narrá-la.” (RICOEUR, 2010, p. 96-97 - grifos do autor).

A *primeira mímesis*, assim, faz-se pela configuração prévia do material do autor a partir de uma série de tradições e padrões representativos assimilados pelo mesmo e pela comunidade para a qual este escreve. De fato, Ricoeur coloca que

A inteligibilidade gerada pela composição da intriga encontra uma primeira ancoragem em

nossa competência para utilizar de maneira significativa a *rede conceitual* que distingue estruturalmente o domínio da *ação* do domínio do movimento físico. (RICOEUR, 2010, p. 97. Grifos do autor).⁴

No que concerne à *segunda mimesis*, Ricoeur postula que com ela

[...] abre-se o reino do *como se*. Poderia ter dito o reino da *ficção*, de acordo com um uso corrente em crítica literária. Privo-me no entanto das vantagens dessa expressão [...] para evitar o equívoco que o emprego do mesmo termo em duas acepções diferentes criaria: uma primeira vez, como sinônimo das configurações narrativas, uma segunda vez, como antônimo da pretensão que a narrativa histórica tem de constituir uma narrativa “verídica”. (RICOEUR, 2010, p. 112. Grifos do autor)

Colocando-se na primeira conotação supracitada do conceito de “ficção”, Ricoeur argumenta que a *segunda mimesis* exerce uma função mediadora entre as duas outras mediante a configuração do texto. Neste sentido, o autor afirmaria:

Ora, essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da *operação de configuração*, que nos levou a preferir o termo construção da intriga ao de intriga e o termo agenciamento ao de sistema. Todos os conceitos relativos a esse nível designam, com efeito, operações. Esse dinamismo consiste no fato de que a intriga já exerce, em seu próprio campo textual, uma função de integração e, nesse sentido, de mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se me permitem dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais. (RICOEUR, 2010, p. 114. Grifos do autor)

Vê-se, portanto, uma ligação relativamente clara entre os recursos, estratégias e possibilidades estéticas quando da composição de um texto e os conteúdos epistemológicos que este transmite. Esta função mediadora acaba por conectar a prefiguração do texto com a *terceira mimesis*, sobre a qual Ricoeur afirma que

Esse estágio corresponde ao que H.-G. Gadamer, em sua hermenêutica filosófica, chama de “aplicação”. O próprio Aristóteles sugere esse último sentido da *mimesis práxeos* em várias passagens de sua *Poética*, embora se preocupe menos com o auditório na *Poética* do que na *Retórica*, em que a teoria da persuasão é totalmente regida pela capacidade de recepção do auditório. Mas quando diz que a poesia “ensina” o universal, que a tragédia, “ao representar a piedade e o termo, ... realiza uma depuração desse tipo de emoções”, ou quando evoca o prazer que nos provoca ver incidentes atemorizantes ou dignos de piedade concorrerem para a reviravolta de fortuna que compõe a tragédia - indica que é de fato no ouvinte ou no leitor que termina o percurso da *mimesis*. (RICOEUR, 2010, p. 123. Grifos do autor)

Da mesma forma como todas as obras advêm de uma tradição literária específica, as mesmas voltam à tradição ao interagirem com uma comunidade. Esse processo norteia os aspectos do universo narrativo, a começar pela seleção dos temas a desenvolver. Com efeito, historicidades específicas

4 O termo “ação”, aqui, encontra-se denotado como em Aristóteles (Poét., VIII, 49). Ricoeur vale-se do conceito poético de *unidade de ação*, entendido por Aristóteles como o encadeamento de ações significativas e necessárias para o desenvolvimento de uma trama. Para mais, conferir Ricoeur (1971). Para um estudo sobre a relação entre a História e a Poesia na *Poética* de Aristóteles, conferir o texto de Ronaldo Silva Machado (2000).

possibilitam contextos sob os quais é mais ou menos pertinente escrever sobre certos tópicos, e diversos exemplos podem ser encontrados.

A orientação da historiografia germânica no contexto da unificação da Alemanha é um claro exemplo das pontes entre estética e epistemologia na produção do conhecimento. Percebe-se, em autores como Leopold von Ranke e Barthold Georg Niebuhr, uma primazia destacada pelo estudo da Antiguidade Clássica e da Idade Média. Tal fator pode ser entendido sob as lentes da necessidade, imposta à intelectualidade germânica da época, de encontrar raízes comuns para os povos que se pretendiam unificar sob um Estado-nacional, assim como o desejo de defender e justificar a cultura germânica num contexto amplamente dominado por padrões culturais ingleses e, especialmente, franceses (RICON, 2017).

Percebe-se, portanto, que a antecipação dos anseios de uma comunidade leitora é um dos significativos elementos que orientam a produção do conhecimento nos mais diversos contextos, começando-se pela seleção dos tópicos a serem trabalhados (CERTEAU, 2002). É relevante recordar, também, que tais fenômenos são estéticos, no sentido dado ao conceito por Mikhail Bakhtin (2000).

A historiografia, consistindo, também, numa operação escriturária (CERTEAU, 2002), está sujeita aos mesmos mecanismos descritos. Assim, é possível entender processos como o desenvolvimento de uma história das mulheres a partir dos anos sessenta como um diálogo ao crescimento dos movimentos feministas no Ocidente, entre outros. Em outras palavras, como uma antecipação dos anseios de uma nova comunidade de leitores, trazida à tona pelas movimentações políticas da época. A historiografia, enquanto saber, dialoga, ampla e profundamente, com os grupos que leem as obras produzidas.

Contudo, não apenas o *o que* da produção dos saberes é esteticamente orientado, mas também o *como*, qual seja, a forma pela qual ditos tópicos são encadeados num texto finalizado. De fato, dita forma é, simultaneamente, a origem e o limite das possibilidades epistemológicas de quaisquer produções escriturárias.

Formas de representação: a segunda ponte

As tradições escriturárias que se observam ao longo tempo não apenas orientam os tópicos julgados mais ou menos pertinentes ou urgentes, como também abrem espaço para um conjunto de códigos sob os quais o conteúdo de uma obra pode ser exposto. Dessa forma, tem-se, na própria configuração do texto, uma série de encadeamentos de ordem estética, os quais guiam a apreensão das mensagens a serem absorvidas a partir da leitura. Com efeito, a liberdade que o autor tem para selecionar os termos e expressões a partir dos quais orientará suas discussões faz-se um fator fundamental, como destaca Jery Topolski, quando este conta:

uma vez eu conduzi este simples experimento: eu dei aos alunos toda as fontes de informações disponíveis a respeito de uma determinada cidade na região de Wielkopolska, encontradas no *Dicionário Histórico-geográfico da província de Poznan na Idade Média*, e depois pedi a eles para escreverem uma pequena história da cidade com base nessas informações. Como seria de esperar, o que eu recebi foi uma série de histórias (totalidades narrativas) que foram mais ou menos diferentes umas das outras. Claro, todos eles se basearam em alguma lógica fundamental (p. ex., um fato específico não poderia ser afirmado sem invocar fatos já fornecidos), porém a pergunta crucial continua sendo se a lógica clássica forneceu aos autores os instrumentos suficientes para escreverem suas histórias. Aparentemente, não. Apesar de todos os alunos terem evitado cuidadosamente contradições lógicas e terem feito o seu melhor para manterem a ordem causal e cronológica, era bastante difícil detectar qualquer relação lógica entre as peças única de informação e as conclusões gerais. (TOPOLSKI, 2016, p. 59)

Luiz Costa Lima (2016) defende tratar-se a história de uma ficção. O autor lembra seus leitores do fato de que tal termo passou a ser associado a inverdades, fantasmagoricamente criadas por desconhecimento ou más intenções, a partir de fins do século XVIII. Anteriormente, Lima expõe, a palavra conotava algo próximo daquilo que, nos tempos hodiernos, recebe o nome de *probabilidade*, ou mesmo *possibilidade de ser*. O que o autor busca esclarecer com seu posicionamento é, portanto, a natureza multifacetada e polivalente do devir histórico, evidenciado em toda complexidade quando do ato de escrita de uma narrativa.

Com efeito, ler a respeito da Revolução Francesa nos termos românticos e altamente poéticos de Michelet (1989) difere significativamente de fazê-lo sob a interpretação dada ao evento por Soboul (2007), e nenhuma destas experiências é semelhante a conhecer a revolução pela narrativa encadeada por Furet (1989; 2001)... Isso ocorre pela diferente escolha de personagens e enredos⁵ a serem desenvolvidos, as quais abrem possibilidades de conhecimento profundamente díspares⁶, da mesma forma com que descrições específicas providenciadas a respeito de ocorrências as mais diversas podem gerar não apenas conhecimentos distintos, como também planos de ação política dessemelhantes⁷.

Em seu livro *Doze lições sobre a História* (2014), Antoine Prost destaca, repetidamente, as interações entre o posicionamento do autor quando da construção de um enredo e os conhecimentos gerados por meio do texto escrito, destacando que:

de fato, existe realmente um método crítico para estabelecer, a partir das fontes, respostas confiáveis para as perguntas formuladas pelos historiadores; aliás, esse método é aplicado por todo o mundo. Em compensação, não conseguimos identificar um método histórico, cuja observância viesse a garantir a história perfeita. (PROST, 2014, p. 211)

Diante desse cenário, Prost argumenta que:

a história, efetivamente, não procede das partes até o todo: ela não se constrói pela reunião dos elementos, chamados fatos, a serem explicados em uma fase subsequente, a exemplo do pedreiro que constrói um muro com tijolos; tampouco, ela articula explicações à semelhança das pérolas enfiadas em um colar. Os fatos e as explicações nunca são dados ao historiador, isolados, separados, como se tratasse de átomos. A matéria histórica nunca se apresenta como uma sequência de pedrinhas distintas, mas antes como uma espécie de massa, de matéria heterogênea e, à partida, confusa. (PROST, 2014, p. 212)

A confusão original da matéria com a qual o historiador trabalha é, então, gradualmente organizada conforme certos quadros narrativos propostos pelo pesquisador. A escolha destes, por sua vez, é orientada por fatores inconscientes (a historicidade e as tradições literárias, como já mencionado), mas também por tentativas deliberadas por parte do historiador de “encaixar” moldes narrativos que otimizam a exposição dos conteúdos. Dessa forma, um evento a princípio simples, como o Dia D, ou processos longos, como as rotas transatlânticas de tráfico de escravizados, podem ser operacionalizados num relato histórico sob o prisma da história social, da história econômica, da história das mentalidades e tantas outras escolhas de dimensões (BARROS, 2010). Também se podem representar os fatores do devir sob diversos domínios -

5 Paul Ricoeur (2010) argumenta que a narrativa histórica vale-se de “quase-personagens” e “quase-enredos” para transmitir suas mensagens. Para tanto, lembra que o historiador, diferentemente do romancista, não controla completamente os destinos do texto que produz, pois não pode determinar as ações das personagens com as quais decide contar.

6 Em White (1994), tem-se o argumento de que há *trópicos discursivos* que predeterminam a forma de encadeamento do enredo sob o qual os conhecimentos serão expostos. Seriam tais trópicos a comédia, a tragédia, a sátira e o romance. Aqui, contudo, nega-se a tese de White de que a possibilidade estética é tudo que uma narrativa historiográfica pode fazer.

7 Para o Brasil de 2023, essa questão é particularmente clara. Tenham-se em vista debates como o Golpe/Impeachment de 2016, a Ditadura/Regime Militar e muitos outros espaços de luta.

como a história da religião, da arte, da sexualidade etc. - e sob inúmeras abordagens - micro-história, história serial, história oral etc. (BARROS, 2010). Cada escolha dessa ordem produz um campo de possibilidades de apreensão do objeto analisado pelo historiador. Antoine Prost reitera tal ideia ao afirmar que:

para um historiador, a definição de um enredo consiste, antes de mais nada, em configurar seu tema; ele nunca o encontra já pronto, tem de construí-lo, modelá-lo por um ato inaugural e constitutivo que pode ser designado como a criação de enredo. (...) O recorte do enredo determina já o sentido da história: uma narrativa da Guerra de 1914 com início em 1871 e fim em 1933 não é a história da mesma Guerra se esse relato começar em 1914 para chegar ao termo com os tratados de 1919. Do mesmo modo, se alguém fizer a história do casamento, como instituição, na França do início do século XX até a década de 60 deverá formular a questão da passagem de um casamento sob o controle das famílias (...) para o casamento por amor; e, se avançar até a década de 90, a pesquisa tornar-se-á a história da crise de uma instituição. (PROST, 2014, p. 218-219)

Questões aparentemente simples, como “foi a campanha de Verdun um dos eventos marcantes da Primeira Guerra Mundial?” ganham contornos particularmente complexos quando se tem em conta a dimensão estética da criação textual conforme atestaria Prost:

Se faço o recorte de uma história militar da guerra, a campanha de Verdun é certamente um acontecimento capital, mas está incluído na série de batalhas travadas na região de Marne, Champagne em 1915 e Somme, incluindo o episódio de *Chemin des Dames*, além de testemunhar os impasses de uma estratégia; nessa história, a gripe espanhola é uma peripécia marginal. Pelo contrário, em uma história demográfica da guerra, essa epidemia tornar-se-ia um fato importante; neste caso, seria formulada a questão de seus vínculos exatos com a guerra e, assim, a referência a Verdun limitar-se-ia a suas perdas que, globalmente, foram menores que as de Charleroi e da região de Marne. (PROST, 2014, p. 220. Grifos do autor)

E continua,

Em uma história social e política da guerra, a campanha de Verdun - cujos combates se estenderam de Fevereiro a Dezembro de 1916 - ocuparia, em compensação, o primeiro plano: o valor simbólico associado, imediatamente, a essa cidade, cuja defesa na margem direita do rio Meuse foi imposta aos militares pelos políticos, a relevância dessa batalha na opinião pública, o sistema de transporte que conduziu para essa frente de combate, sucessivamente, todos os regimentos do exército francês de modo que foi a batalha travada pelo maior número de combatentes, conferem a este acontecimento uma importância decisiva. (PROST, 2014, p. 220)

Antoine Prost conclui afirmando que “a seleção do fato, sua construção, os aspectos selecionados e o valor que lhes é atribuído dependem do enredo escolhido” (PROST, 2014, p. 220).

Com isso, é possível perceber que, além de influir sobre as possibilidades de transmissão dos mais variados conhecimentos, o encadeamento do material estudado num texto influencia a própria possibilidade da pesquisa em alcançar *verdades* concernentes às análises propostas. A partir de agora, o presente artigo debaterá precisamente essa relação.

Enredos e verdade

A íntima relação entre estética e epistemologia na produção do conhecimento histórico, embora frutífera e benéfica para os interesses e pretensões da comunidade de historiadores e historiadoras, pode levantar dúvidas acerca da capacidade do discurso historiográfico em produzir enunciados verdadeiros. Com efeito, se, como destacado, existe uma notória liberdade de organização do material primário, de forma a comporem-se, a partir de conjuntos de fontes semelhantes, histórias díspares via seleções e encadeamentos de enredos distintos, passa a ser, ao menos em princípio, incógnita a possibilidade de ser construída uma história *verdadeira*⁸. Dessa forma, algumas breves considerações sobre tal tema fazem-se necessárias.

Em primeiro lugar, é oportuno lembrar que a tradição intelectual ocidental, já longamente discutida, é não apenas o ponto de partida do gosto estético e das escolhas de tema de autores individuais, mas também o fator que dá origem às escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa individual. Dito fator, contudo, não impede que quaisquer pesquisas, sejam desenvolvidas nas humanidades ou nas ciências matematizadas, sejam “verdadeiras”, num sentido distinto daquele comumente associado a uma abordagem platônica do mundo⁹. Dessa forma, qualquer resultado teórico ou prático que esteja de acordo com os cânones do conhecimento até então estabelecidos (ou que apresente razões contundentes para divergir destes) é, ao menos provisoriamente, verdadeiro¹⁰.

As comunidades intelectuais, estabelecidas ao longo do tempo, desenvolvem padrões e critérios de análise e crítica das obras produzidas em seu cerne, e é possível pressupor que tais critérios fornecem aos pesquisadores uma baliza no que concerne às formas que a pesquisa pode tomar. As possibilidades de representação de um objeto qualquer são, também, criticáveis dentro de um campo de saber, e a própria consciência de que ditas possibilidades dialogam profundamente com os frutos epistemológicos do trabalho de pesquisa serve como guia para a crítica das escolhas estéticas de que lançam mão os diversos autores que participam dessa forma de vida comunitária¹¹.

Em suma, pode-se argumentar que a existência de uma relação entre estética e epistemologia dentro das práticas de pesquisa em história não impede ou limita as possibilidades do discurso historiográfico de alcançar enunciados verdadeiros. Evidentemente, o tipo de verdade alcançada pela história é *hermenêutico*¹², mas análises breves a respeito da forma como as demais ciências alcançam proposições tomadas por verídicas demonstram que, em alguma medida, ditos campos também produzem verdades hermeneuticamente orientadas (POLISELI, 2021; OLIVEIRA, 2021; 2022). Nesse sentido, a pletera de possibilidades estéticas deve ser encarada como benéfica ao campo disciplinar histórico, precisamente por abrir inúmeros caminhos pelos quais os objetos do saber historiográfico podem ser apreendidos.

Há, contudo, uma outra faceta das pontes entre escolhas estéticas e conteúdo epistemológico. A

8 As discussões acerca de asserções do tipo “p é verdadeiro” são tradicionais, amplas e complexas na história da Filosofia. Não é a intenção do presente artigo adentrar os profundos pormenores da questão. Basta que seja conhecido que, na cultura ocidental, predomina uma visão da verdade conhecida como *teoria da correspondência*, de acordo com a qual uma afirmação p é verdadeira se e somente se aquilo que é proposto em p corresponder a um estado de coisas no mundo extralinguístico. Por exemplo, a afirmação “há um gato sobre a mesa” faz-se verdadeira se, no mundo empírico, há um gato e uma mesa de forma que o primeiro esteja em cima da segunda. Evidentemente, é difícil falar em verdades históricas nesse sentido, uma vez que o passado, enquanto findo, não é comparável a nenhuma asserção a seu respeito. Contudo, não é a teoria da correspondência a única, e o saber histórico encontra-se fundamentado em outras searas da discussão filosófica. Ver Certeau (2002)

9 É interessante notar que as discussões que acabaram por minar a outrora plena autoridade da teoria da correspondência vieram das próprias ciências naturais. Ver Koyré (1957), Hanson (1961), Kuhn (1991 e 2006), Zahar (2007) e Feyerabend (2011).

10 Essa teoria recebe, em Kirkham (2001) o nome de *teoria da coerência*.

11 Existe pouca dúvida de que a ciência, qualquer que seja, dá-se no seio de uma comunidade de pesquisadores, cujas convenções estabelecem o que se deve buscar e como fazê-lo nas práticas de pesquisa.

12 Em outras palavras, assegura-se dentro de uma interpretação e crítica das fontes, balizada pelos padrões e práticas de pesquisa de certas comunidades em certos períodos.

história é, sabe-se, um conjunto de práticas de saber que traz consigo profundas implicações de ordem política. Não sem motivo, a história é, costumeiramente, alvo de tentativas de apropriação por parte dos mais diversos grupos e regimes políticos ao longo do tempo. Com efeito, o poder da história em gerar identidades, planos de ação, agendas das mais variadas sorte e tantos outros fatores da vida em sociedade é conhecido e utilizado por muitos. Assim, a relação estética-epistemologia no centro do saber historiográfico também implica um amálgama de fatores políticos.

Formas de representação e política

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 226. Grifos do autor)

Privilegiar determinados tópicos de discussão e aviltar outros, enfatizar certas formas de apresentação do conteúdo de uma narrativa em detrimento das demais, pensar como melhores ou mais frutíferas pletoras de metodologias e teorias no lugar de outras tantas. Mais do que estética e epistemologia, as escolhas das quais o artigo se ocupou até então também surtem efeitos políticos evidentes. As orientações geradas para a pesquisa a partir de uma comunidade de pesquisadores acabam por nutrir cenários em que um amálgama de grupamentos sociais recebem primazia e outros tantos são relegados a um esquecimento parcial ou total.

Vale ressaltar que nenhuma forma de representação do devir histórico é desinteressada ou neutra como pretendiam alguns historiadores do século 19. Basta que se lembre que tanto os positivistas, que tinham seu guia intelectual em Auguste Comte, quanto os historicistas, que o tinham em Leopold von Ranke, produziram discursos no antro das elites políticas de sua época, ou ao menos discursos que foram prontamente apropriados por estas, a despeito de sua intenção, declarada ou não, de produzir conteúdos neutros e objetivos (BARROS, 2014; RICON, 2017). Escreve Walter Benjamin, a esse respeito:

articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é o privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224-225)

Dado o chamado *messianismo benjaminiano*, demasiadamente complexo para ser explicado brevemente (BADE; RICON, 2022), a mensagem do autor faz-se importante para os propósitos do presente

texto: formas de representação em história são, também, fatores políticos. Um discurso sobre o devir é uma (tentativa de) *interferência do Real sobre o Real* (CERTEAU, 2002). De fato, Michel de Certeau, um dos autores centrais ao se pensar no relacionamento entre produção de conhecimento, estética e política, se pergunta

que aliança é essa entre a escrita e a *história*? Ela já era fundamental na concepção judaico-cristã das Escrituras. Daí o papel representado por essa arqueologia religiosa na elaboração moderna da historiografia, que transformou os termos e mesmo o tipo dessa relação passada, para lhe dar aspecto de fabricação e não mais de leitura ou de interpretação. Desse ponto de vista, o reexame da operatividade historiográfica desemboca, por um lado, num problema político (os procedimentos próprios do “fazer história”) e, por outro lado, na questão do sujeito (do corpo e da palavra enunciadora), questão reprimida no nível da ficção ou do silêncio pela lei de uma escrita “científica”. (CERTEAU, 2002, p. 11. Grifos do autor)

Essa condição da escrita histórica, que “faz falar o corpo que se cala” (CERTEAU, 2002, p. 14) faz com que o historiador tenha de tomar cuidado com as formas de representação de que lança mão. Qualquer escolha estética pode surtir o efeito de silenciar grupamentos humanos ao silenciar *sobre* os mesmos, e a conformidade, consciente ou não, aos interesses dos vencedores acaba por dificultar a luta daqueles que são deixados pelo caminho. Em consonância, Walter Benjamin pontua que:

[...] os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cotejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. (BENJAMIN, 1987, p. 225)

O alerta de Benjamin é pertinente. Há formas de representação que naturalizam e reiteram os discursos dominantes e formas que os desafiam em alguma medida. A comunidade de historiadores precisa ter esses fatores em mente quando de sua produção (BADE; GARCIA, 2022).

Considerações finais

Ao tratar do tópico das formas de representação em historiografia, o presente artigo buscou atingir alguns objetivos. Estes encontram-se, aqui, resumidos. Em primeiro lugar, objetivou-se ressaltar o fato de que há uma tradição literária que comanda os padrões representativos de cada época e local de produção intelectual. Nesse sentido, o intertexto é, já, uma condição fronteira com relação àquilo que é ou não considerado pertinente para uma produção qualquer.

Dentro desse tema, buscou-se evidenciar que, além das escolhas de tópicos a serem escanteados ou postos sob os holofotes, há uma preferência por determinados modos de moldar o material de pesquisa em narrativas, também fortemente influenciado pelo peso da tradição intelectual/literária de cada época. O artigo procurou, então, destacar que essas “parcialidades” geradas no seio de tradições específicas não são suficientes para que se argumente que a pesquisa em história - e nas humanidades como um todo - é arbitrária ou subjetiva. Fez-se isso de duas formas: primeiramente destacando-se a liberdade dos autores de desafiar as tradições em que foram educados e, em segundo lugar, demonstrando-se a presença dos mesmos fatores em campos comumente considerados mais objetivos, a exemplo das ciências

da natureza.

Nos momentos finais do artigo, este voltou-se para as pontes que ligam modos de representação e ética/política. Enfatizou-se o possível duplo papel da historiografia, que pode, apropriando-se da terminologia benjaminiana, servir tanto como algoz dos derrotados quanto como redentora dos mesmos.

O presente texto, nestes termos, será bem-sucedido se estimular seu leitor a refletir sobre os impactos de escolhas estéticas quando da produção intelectual. Espera-se que seja notória, agora, a influência destas, muito maior do que estilo ou subjetividade.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa através da bolsa de Iniciação Científica para o projeto Michel de Certeau: o conhecimento com o outro e a pesquisa na distância desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Pesquisa Teoria da História e Educação da Universidade Católica de Petrópolis (GEPETHE-UCP).

Referências

- ANKERSMIT, Frank. **Narrative logic**; a semantic analysis of the historian's language. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2022.
- AURELL, Jaume. **A escrita da história**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2016.
- BADE, Luiz Henrique Bechtluft; GARCIA, Marcos de Almeida. Monuments of barbarism: memory spaces and their forgotten remembrances. **Research, Society and Development**, [S. l.], n. 9, v. 11, p. e5111931477, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.31477.
- BADE, Luiz Henrique Bechtluft; RICON, Leandro Couto Carreira. O messianismo benjaminiano e sua relação com a educação em História - alguns apontamentos. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, n. 3, v. 3, 2022 e331221. <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i3.1221>.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo histórico**; as especialidades e abordagens da história. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história**; os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**; ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Trad. Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

- FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURET, François. **A Revolução em debate**. Bauru: EDUSC, 2001.
- HANSON, Norwood Russell. **Patterns of discovery**; an inquiry into the conceptual foundations of science. Londres: Cambridge University Press, 1961.
- JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**; manifesto pelas ciências sociais. Trad. Verónica Galíndez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.
- KIRKHAM, Richard. **Theories of truth**. 5ed. Massachusetts Institute of Technology, 2001.
- KOYRÉ, Alexandre. **From the closed world to the infinite Universe**. Baltimore: The John Hopkins Press, 1957.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- KUHN, Thomas. **O caminho desde a estrutura**. Trad. Cesar Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. A ficção externa e a historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org). **História & narrativa**; a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Editora Vozes, 2016, pp. 75-84.
- MACHADO, Ronaldo Silva. História e Poesia na *Poética* de Aristóteles. **Mneme: Revista de Humanidades**, n.1, v.1, ago-set, 2000.
- MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- OLIVEIRA, Tiago Luis Teixeira de. (org). **Textos selecionados de filosofia da ciência**. Pelotas: NEPFIL Online, 2021.
- OLIVEIRA, Tiago Luis Teixeira de. (org). **Textos selecionados de filosofia da ciência III**. Pelotas: NEPFIL Online, 2022.
- POLISELI, Luana (org). **Textos selecionados de filosofia da ciência II**. Pelotas: NEPFIL Online, 2021.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**; a intriga e a narrativa histórica. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [Volume 1].
- RICOEUR, Paul. The Model of the text: meaningful action considered as text. **Social Research**. Vol. 38, n. 3, p. 529-562, 1971.
- RICON, Leandro Couto Carreira. **Historiografia e Romantismo na Alemanha no contexto da unificação**: Leopold von Ranke, Richard Wagner e a interpretação política-nacionalista na Confederação Germânica. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017
- SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.
- TOPOLSKI, Jerzy. O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org). **História & narrativa**; a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Editora Vozes, 2016, pp. 59-74.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**; a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**; ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ZAHAR, Elie. **Why Science needs Metaphysics**: a plea for structural realism. Chicago: Open Court, 2007.